

RESENHA

PADILHA, Paulo Roberto. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola*. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017. 184p.

Arthur Breno Stürmer¹

O autor de *Planejamento Dialógico*, doutor em educação pela Universidade de São Paulo (USP), é membro do Instituto Paulo Freire (IPF), onde atua como Diretor Pedagógico. Essa ligação com Instituto Paulo Freire o coloca na linha de frente do debate sobre a escola e a educação na perspectiva freiriana e da revitalização da educação problematizadora, pela qual o direito dos sujeitos dizerem a sua palavra vem em primeiro lugar.

Paulo Roberto Padilha publicou importantes obras como: *Município que educa; Educar em todos os cantos; e Educação cidadã, educação integral*. Desta vez, *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico* vem a complementá-las, trazendo luz uma temática tão cara aos educadores populares e àqueles que acreditam no diálogo enquanto componente indispensável nos processos de planejamento educacional.

É com tal espírito que Padilha (2017) procura nos primeiros escritos de Paulo Freire o que chama de princípios político-pedagógicos freirianos para “processos de planejamento mais humanizados, mais relacionais e dialógicos” (ibid., p. 15). Eles se afinam com a perspectiva educacional anunciada como *crítica, transformadora e emancipadora*. Não é difícil prever que o princípio mais valorizado na obra seja o *diálogo*, como o próprio título indica. Os outros são: a autonomia (escolar), descentralização (do planejamento), cidadania (de direitos), participação (popular) e liberdade.

¹ Doutorando em geografia (ufsm); mestre em desenvolvimento regional e meio ambiente (uesc); especialista em gestão educacional (ufsm), mídias na educação (ufsm), geografia e história ambiental do sul do Brasil (unoesc); graduado em geografia (ufsm); professor-monitor (uesb); professor (estado de SC), assist. Técnico-pedagógico (estado de SC). E-mail: arthur.sturmer@gmail.com.

Dados os princípios que fundamentam o planejamento dialógico, o leitor já pode antecipar o caráter democrático que lhe será impresso ao longo dos três primeiros capítulos. Por ele se admitirá falar em política e poder na educação, especialmente quando se entende que os sujeitos do planejamento dialógico devem aprender a decidir assumir eticamente e suas decisões. Cita-se o Paulo Freire de *Pedagogia da Autonomia* para nos lembrar de que *é decidindo que se aprende a decidir*.

Eis o convite aberto a todo profissional da educação para uma leitura direcionada não somente aos gestores ou, como se alerta desde o início, aos pedagogos e especialistas, pois “o planejamento precisa ser feito por aqueles que efetivamente executarão a ação” (PADILHA, 2017, p. 20).

O capítulo 1 diferencia planejamento, plano e projeto a partir da visão de vários autores, mostrando grande sorte de subtipos e definições existentes, das quais se destaca a de *projeto político-pedagógico*. A razão? Ele representa um horizonte de possibilidades e ainda fornece a direção de acordo o que se quer quanto à educação, ao cidadão e ao projeto de sociedade; implicam em organização e compartilhamento dos entendimentos dos professores alunos, funcionários, comunidade.

O capítulo 2 aprofunda a compreensão de planejamento, *essa atividade intrínseca à educação*, que prevê acompanhamento e avaliação, sendo o projeto educativo uma atividade-fim. Por essa via, o autor faz uma crítica às concepções de planejamento que se baseiam em teorias e modelos administrativos aplicados à educação. Observa, outrossim, a importação de modelos de gestão e comenta-os em relação ao cotidiano da escola, trazendo as reflexões de Benno Sander sobre a tradição funcionalista e interacionista na administração da educação. Situa nesta última: a) *administração estruturalista* – com visão passiva da ação e interação humana, apoiada na objetividade fornecida pelos aspectos estruturais e materiais do sistema educacional; b) *administração interpretativa* – privilegia a subjetividade (individual) e a mediação reflexiva entre indivíduo e meio; por fim, c) *administração dialógica* – enfatiza a totalidade, contradição, práxis e transformação como princípios só adotados por ela.

O que diferencia a Administração Dialógica das outras tradições pode ser percebido nos respectivos enfoques: estruturalista – enfoque jurídico e tecnocrático; interpretativo: enfoque comportamental; administração dialógica – enfoque sociológico, que, em muitos pontos, representa uma ponte, o meio-termo ou síntese das outras tradições de administração da educação. É desta última que a presente obra se ocupa e que servirá às análises sobre o planejamento educacional e à concepção do projeto político-pedagógico da escola.

O capítulo 3, o menor dos cinco capítulos, cumpre um papel central na caracterização conceitual do planejamento dialógico, que passa a ser explicado como o planejamento voltado à formação para a *cidadania*, entendida como “o exercício pleno, por parte da sociedade, de seus direitos e deveres, baseado no exercício da democracia (PADILHA, 2017, p. 70). Então autor deixa claro que se trata de um planejamento para a escola cidadã, democrática, compromissada com direitos e deveres, com a condição de sujeitos (“cidadania ativo-crítica”), enfim, sendo a “escola de comunidade”. A escola cidadã pressupõe a compreensão das relações institucionais, interpessoais e profissionais; participação dos diferentes atores na gestão; e, principalmente, assumir-se uma *instância social de contradições propícias ao debate construtivo*.

Conforme Padilha (2017), deste modo, aproxima o planejamento dialógico na perspectiva da escola cidadã da gestão democrática do ensino público, que fora objeto de pesquisa de Paulo Freire, o qual lhe estabeleceu cinco parâmetros, a saber: 1) capacitação de todos os segmentos para a participação; 2) consulta permanente à comunidade escolar; 3) institucionalização da democracia através de políticas de gestão democrática; 4) Lisura dos processos de escolha dos dirigentes escolares; 5) Agilização das informações e transparência nas negociações.

O autor tomou tais parâmetros para elaborar sua nova metodologia de planejamento para a construção do projeto político-pedagógico da escola. A seguir, descreve-a em linhas gerais, denotando preocupação com o seu caráter *ascendente*. Para ele, as *consolidações* ou decisões coletivas, socializadas,

devem se refletir no nível imediatamente superior do planejamento. É uma socialização de baixo para cima, sempre dialético-interativa e comunicativa. Daí que o planejamento dialógico parte da escola (1º nível), cujas consolidações resultam em um projeto político-pedagógico interescolar (2º nível), depois para o órgão educacional regional (3º nível), chegando ao final até as instâncias superiores municipais, estaduais e federais (4º nível). Padilha (2017) concebe um movimento ascendente em que “as decisões tomadas em nível escolar podem influenciar, de fato, as políticas públicas educacionais nos demais níveis” (ibid., p. 79).

O capítulo 4 traz a essência da proposta de Padilha (2017): o planejamento dialógico, que, da transição do capítulo anterior para este, confunde-se com o “planejamento socializado ascendente” de José Eustáquio Romão e com uma “visão socializada ascendente”. Então o que era uma “nova metodologia de planejamento” (ibid., p. 77) não é tão nova assim, embora ela o seja para a maioria das escolas públicas e sistemas de ensino.

Segue-se um breve aparte sobre a participação dos diferentes segmentos escolares que acaba mostrando grande domínio teórico sobre, e em detalhes, como construir um projeto político-pedagógico. O diferencial das orientações apresentadas por Padilha (2017) em relação a outras que se versam sobre a mesma temática é dar espaço às utopias e sonhos, inclusive tratando da *escola dos nossos sonhos*, que foi alvo de um curso *online* homônimo oferecido pela EaD Freiriana, no ano de 2017. Tanto lá quanto aqui, conseguiu-se ser menos filosófico quanto poderia ser, mas certamente muito propositivo e um espírito positivo que é sempre bem-vindo e, inevitavelmente, recorda a Paulo Freire. Não obstante, as discussões continuam calcadas no solo da experiência prática de Padilha, que lança inúmeras sugestões técnicas visando à operacionalização do projeto político-pedagógico.

Agora, se ele é um planejamento *dialógico* dá para se dizer que sim, embora possa ser dito planejamento *democrático*, porque reúne todos os pré-requisitos para ser caracterizado deste modo. Isso aparece na habilidade que o autor tem em não fazer apenas prescrições – das quais o modelo de fichas por si só pode tornar-se uma receita para quem quiser adotar à risca a sua

proposta de planejamento dialógico. Contudo, o autor atende à expectativa criada em torno do planejamento em geral, que exige detalhamentos de como fazer, proceder, agir. Nisso há antecipações ao tema principal, que poderiam vir em notas de rodapé, entretanto compõem um estilo, da mesma forma que a referência constante às contribuições de Paulo Freire, Moacir Gadotti e Eustáquio Romão.

O capítulo 5 chega reforçando a dimensão política implícita e na construção do projeto político-pedagógico. A escola continua sendo o campo de aplicação do planejamento dialógico; as concepções freirianas de *diálogo* e *leitura do mundo* permanecem fornecendo a base às exposições, acrescidas do *círculo de cultura*, e a Escola Cidadã volta com toda força para emergir como principal referência para o planejamento dialógico na escola. Por isso, comparecem as experiências de planejamento do Instituto Paulo Freire (IPF), Secretaria Municipal de Educação de São Paulo à época de Paulo Freire à sua frente e – em uma análise substancial – as "experiências marcantes" da Escola Cidadã em São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, especialmente quanto ao regime de ciclos e a avaliação dialógica continuada.

Ao final da obra, percebe-se que vai ganhando densidade e complexidade, mas é capaz de, em vários momentos, “prender” o leitor acostumado com a literatura educacional e pedagógica. É recomendada para quem procura conhecer mais da Escola Cidadã: “essa escola viva ativa criativa e participativa” (PADILHA, 2017, p. 157), que constitui um verdadeiro movimento nacional cuja importância é, segundo Paulo Roberto Padilha (2017), comparável ao movimento da Escola Nova, outro marco histórico na luta pela democracia no Brasil.

A conclusão da obra apela para a chegada do planejamento dialógico à sala de aula, tomada como “Círculo de Cultura”; espaço privilegiado para o diálogo e ponto de partida para a construção do projeto político-pedagógico de forma coletiva e democrática. É o momento da fala ao professor, convocando-o, através de uma série de indagações, para ampliar o alcance do movimento ascendente que foi associado ao planejamento dialógico.

Pode parecer inusitado apresentar a aula como atividade criadora, onde as trocas culturais e interculturais entrem na conta do planejamento dialógico. Fica mais como um encaminhamento com a justificativa para: “diversificar e enriquecer as atividades e as relações pedagógicas na escola, significando-as e trabalhando-as com base na participação dos alunos nos diferentes tempos e espaços didático-pedagógicos” (PADILHA, 2017, p. 167). É um desafio posto à construção do projeto político-pedagógico com a participação daqueles sem os quais não aconteceria o trabalho pedagógico na escola. Educadores e educandos, em uma relação direta, pensando o currículo e a avaliação do processo de ensino, é uma utopia bem ao estilo freiriano, porém apropriada quando se quer e se pode levar a dialogicidade às últimas consequências.